



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

TRANSIÇÃO DE MANDATO E CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS

Wellane M.D. da Silva
Analista de Controle Externo

Palmas, TO 21 de novembro de 2008



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

TRANSIÇÃO DE MANDATO

Instrução Normativa TCE-TO

Nº 04/2008

- O candidato eleito têm a faculdade de instituir equipe de transição (art. 1º)
- A comissão terá acesso às informações relativas às contas públicas, programas e projetos do Governo Municipal; (art. 2º)

- Art. 10. Os titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pela equipe de transição, bem como a prestar-lhe o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos, sob pena de ser-lhes aplicada a penalidade prevista no artigo 39, inciso IV da Lei Estadual nº 1.284/2001, sem prejuízo de outras medidas que o Tribunal de Contas do Estado entender cabíveis.

Equipe de transição levanta situação orçamentária, financeira, fiscal e patrimonial do Município (art. 3º):

- PPA/LDO/LOA (art. 3º, I)
- Saldos em 31.12.2008 (caixa e bancos/conciliações – Anexos da INTCE);
- Restos a pagar (processados/não processados) – Anexos da IN TCE

- Dívida Fundada e Operações de Crédito (art. 3º, IV e Anexo);
- Relação dos doc. Financeiros decorrentes de contratos, consórcios, parcelamentos, convênios e outros não concluídos com detalhamentos (art. 3º, V);
- Relação atualizada dos bens móveis/imóveis do Poder Executivo (art. 3º, VI e Anexo)

- Relação de bens no almoxarifado (art. 3º, VII e Anexo);
- Relação e situação dos servidores - contratados/ concursados, etc - (art. 3º, VIII);
- Cópia dos Relatórios da LRF/2008 (5ºbim. e 2º quad.) e Atas de audiências públicas (art. 3º, IX);
- Relação dos precatórios (art. 3º, X);

- Demonstrativos contábeis em 31.12.2008 não elaborados - artigo 4º e Anexo;
- Legislação municipal - artigo 6º

- EMPOSSADO O PREFEITO, O NOVO GESTOR DEVERÁ (ART. 7º) :
- Receber os levantamentos;
- Promover a alterações dos cartões de assinaturas bancários;

- O prefeito encaminhará cópia dos documentos à Câmara e cópia do RELATÓRIO conclusivo ao Tribunal (art. 9º)

- A documentação comprobatória de receita e despesa deve permanecer na Sede da Entidade – artigo 6º da IN 17/2003 –
EFETIVA PRESTAÇÃO DE CONTAS

CONTAS ANUAIS MUNICIPAIS

IN TCE/TO Nº 06/2008 de 15/10/08

IN TCE/TO Nº 17/2003 - Projeto

RA TCE/TO nº 08/2008

Contas Consolidadas

- Contas do Chefe Político
- Tribunal emite **Parecer Prévio**
- Inclui todos os Poderes/Órgãos
- Análise com base nos Balanços e Relatório do Controle Interno
- Enfoque: Situação do Município e cumprimento de normas constitucionais e legais, e dos instrumentos de planejamento

Art. 103 da LOTCETO

O parecer prévio (...) consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão (...) devendo demonstrar **se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição** financeira, orçamentária e patrimonial do **Município** em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os **princípios fundamentais de contabilidade** aplicados à administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou a rejeição das contas

RA nº 08/2008 – CRITÉRIOS QUE LEVAM À REJEIÇÃO DAS CONTAS

- Não aplicação de no mínimo 25% da receita de impostos em MDE – art. 212 da CF
- Não aplicação de no mínimo 15% da receita de impostos em ASPS – art. 77 do ADCT-CF
- Não aplicação de no mínimo 60% do FUNDEB com magistério – Emenda CF nº 53/2006
- Repasse de recursos ao legislativo acima do limite estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal (8% ...)

- Déficit Financeiro/Inscrição em restos a pagar sem disponibilidade financeira – art. 1º, §1º da LRF;
- Não atendimento ao limite de 60% da RCL com despesa com pessoal – art. 19, III da LRF;
- **Não atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e técnicas de registros contábeis (abrange omissão de ativos, passivos, receitas, despesas, ajustes, etc.)**
- Elaboração de orçamento superestimado;
- Ausência de recolhimento à Previdência (...)

CONTAS DE ORDENADORES DE DESPESAS (quem autoriza despesas, OPs)

- Apresentada até 60d do encerramento do exercício
- Tribunal emite JULGAMENTO
- Análise com base nos Balanços e processos auxiliares (auditorias, denúncias, etc)
- Enfoque: cumprimento de normas constitucionais e legais, ações de governo executadas por cada ordenador e resultados da gestão



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

Obrigada!!